



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA – LICENCIATURA

***“Eu tava na minha casa, sem pensá, sem imaginá:
Os capoeiras entre a marginalidade e a Guerra do Paraguai***

**ANDERSON DA SILVA FERNANDES
ANA RITA UHLE**

Foz do Iguaçu
Ano 2022



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)

HISTÓRIA – LICENCIATURA

Eu tava na minha casa, sem pensá, sem imaginá:
Os capoeiras entre a marginalidade e a Guerra do Paraguai

Anderson da Silva Fernandes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de História - Licenciatura

Orientadora: Prof. Ana Rita Uhle

Foz do Iguaçu
Ano 2022

ANDERSON DA SILVA FERNANDES

ANA RITA UHLE

***“Eu tava na minha casa, sem pensá, sem imaginá:*
Os capoeiras entre a marginalidade e a Guerra do Paraguai**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dra. Ana Rita Uhle
UNILA

Prof. Dr. Evander Ruthieri Saturno da Silva
UNILA

Profa. Ma. Livia Fernanda Morales
UNILA

Foz do Iguaçu, 26 de julho de 2022

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Anderson da Silva Fernandes

Curso: História - Licenciatura

	Tipo de Documento
(..X..) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): Ana Rita Uhle

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho a todas pessoas praticantes da arte da capoeira, especialmente as que vieram muito antes, e que mesmo intensamente reprimidas com muita violência não se renderam, e com muita resistência possibilitaram a continuidade até o presente dessa cultura tão rica e encantadora.

Dedico também ao meu mestre Sombra Gua, da Associação de Capoeira Raiz Africana. Um dia, passando pelo bairro de Diadema onde cresci, o escutei tocando berimbau e cantando, segui o som da música, e a partir desse dia ingressei novamente nas aulas de capoeira, e nunca mais quis me afastar dela.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à minha professora orientadora Ana Rita Uhle, por toda sua paciência e vontade de transmitir conhecimento, sendo qualidades imprescindíveis para todas as pessoas que desejam fazer da educação um espaço mais democrático e saudável.

Minha mãe, Edite Josefa, pernambucana que criou três filhos praticamente sozinha, se desdobrando na roda da vida mais que um capoeira em momentos de apuro, e que todo dia ao final do dia de trabalho, mesmo cansada das “voltas do mundo”, ainda tinha paciência para me acolher com amor e alegria. Agradeço toda a minha família materna, especialmente minha tia Lindalva, minha tia Adria, meu tio Eronilson, meus irmãos Leandro e Jaqueline, meu primo Victor que considero um irmão, e a todas as outras pessoas dessa linda família, que não conseguirei mencionar todas, por serem muitas, meu amor por vocês é grande.

Gratidão meu Mestre Sombra, da Associação de Capoeira Raiz Africana, Diadema-SP, por todo seus ensinamentos, incentivos e conselhos, se não fosse pela capoeira eu aqui não estaria, e se não fosse por você eu não estaria na capoeira.

Aos Mestres que contribuíram para esse trabalho enquanto estava em processo de pesquisa de campo, dentre eles: Mestre Augusto Januario, Mestre Kaka Bonates (Escola Matumbé de capoeira), Mestre Plínio (Centro de Capoeira Angola Angoleiro Sim Sinhô), e ao meu amigo Adjailson Kazumbá, grande capoeirista que pode me aproximar dessas grandes referências para a capoeira.

Agradeço a minha amiga Ana Maria Santana (Donana) que sempre me incentivou a seguir estudando, ao meu professor Denilson Cordeiro, quando penso no significado do ser professor me lembro de você. Aos amigos Jairo, Dani, Will, Camila, Danilo, Fábio mineiro, tantas coisas que aprendi com vocês carrego até hoje.

Agradeço aos mestres praticantes de capoeira que tenho grande carinho, e boas recordações: Thierry Azevedo, Cíntia, Pedro Iago, Adenka, Tati, Dona Cida, Angelo, Gabriel Cafuzo, Inaê Martins, Mestre Gafanhoto (Associação de Capoeira Maracangalha), Mestre Damião (Escola de Capoeira Oxalufã), Contramestre Luciano (Capoeira Angola Espinho Remoso), Contramestre Pedro Aroeira. Aos

amigos da Associação Capoeira Raiz Africana: Marcia Karfitsas, Formado Pedro, Cabeção, Davi Chaves, Zequinha, Carlos, Andressa, aos amigos que já não estão entre nós, Formado Geraldo Capitão e Formado Borracha, e a todos os outros amigos que não couberam nessas linhas mas que trago com carinho.

FERNANDES, Anderson da Silva. *“Eu tava na minha casa, sem pensá, sem imaginá: Os capoeiras entre a marginalidade e a Guerra do Paraguai. 2022. 27 p.* Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História-Licenciatura) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

RESUMO

Este trabalho busca compreender a memória da presença afro-brasileira na Guerra do Paraguai, a partir do cruzamento de: fontes orais (canções de capoeira), historiografia relacionada ao tema, e fontes de jornais durante os anos 1860-1870, e entender porque essas memórias persistem em aparecer no universo da capoeira. As memórias presentes nas canções e no ensino da capoeira, por vezes tratam-se de memórias que foram subalternizadas dentro da construção da memória oficial, e que em oposição a ela reivindicam seu espaço. Esse espaço reivindicado pelas memórias da capoeira, é o espaço das populações afro-brasileiras como ativas e participantes da História e das transformações sociais de seu tempo. Os capoeiras, homens negros, livres e escravizados, que foram marginalizados pelo sistema escravocrata dentro do século XIX, não se renderem a repressão imposta, e causaram terror nas elites, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Pelas memórias das canções, e da oralidade da capoeira, e por outros vestígios do passado, recrutar os praticantes de capoeira para a guerra, possivelmente era uma forma de resolver dois problemas para a sociedade imperial do período: sendo o primeiro diminuir os conflitos gerados pelos capoeiras com as forças da ordem, que provocavam terror nas elites, e o segundo conseguir atender as demandas de contingente para os batalhões que seguiram para o maior conflito armado do nosso continente.

Palavras-chave: Capoeira . Guerra do Paraguai . Canções de capoeira . Memória . Recrutamento.

FERNANDES, Anderson da Silva. *“Eu tava na minha casa, sem pensá, sem imaginá: Os capoeiras entre a marginalidade e a Guerra do Paraguai. 2022.* 25pp. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História-Licenciatura) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

RESUMEN

Este trabajo busca comprender la memoria de la presencia afro-brasileña en la Guerra del Paraguay, a partir del cruce de: fuentes orales (canciones de capoeira), historiografía relacionada al tema, y fuentes de periódicos durante los años 1860-1870, y entender porque esas memorias persisten en aparecer en el universo de la capoeira. Las memorias presentes en las canciones y en la enseñanza de capoeira a veces se trata de memorias que fueron subalternas dentro de la construcción de la memoria oficial, y que en oposición a la misma reivindica su espacio. Ese espacio reivindicado por las participantes de historia y de las transformaciones sociales de su tiempo. Los capoeiras hombres negros, libres y esclavizados, que fueron marginalizados por el sistema esclavista dentro del siglo XIX, no se rindieron a la represión impuesta, y causaron terros en las elites, principalmente en la ciudad de Rio de Janeiro. Por las memorias de las canciones, y de la oralidad de la capoeira, y por otros vestigios del pasado, recluta a los practicantes de capoeira para la guerra, posiblemente era una forma de resolver dos problemas para la sociedad imperial del periodo: siendo el primero, disminuir los conflictos generados por los capoeiras con las fuerzas del orden, que provocan terror en las elites, y el segundo, conseguir atender las demandas del contingente para los batallones que siguieron para el mayor conflicto armado de nuestro continente.

Palabras clave: Capoeira . Guerra del Paraguay . Canciones de capoeira . Memória . Reclutamiento .

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DESENVOLVIMENTO	14
<u>2.1 A capoeira e os capoeiras: Entre os jornais, a marginalidade e a guerra</u>	<u>14</u>
2.2 As músicas de capoeira e o ensino de capoeira como exercício da memória	21
2.3 As músicas de capoeira como memória da Guerra do Paraguai	26
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

Iê tava em casa, ô meu bem

Sem pensá, sem imaginá

Quando bateram na porta, ô meu bem

Salomão mandou chamar

Para ajudar a vencer, ô meu bem

A guerra com Paraguai

Gente Rio de Janeiro, Pernambuco e Ceará

Quando bateram na porta,

Quando bateram na porta, ô meu bem

Salomão mandou chamar

Para ajudar a vencer, ô meu bem

A guerra com o Paraguai... (MESTRE TRAÍRA , 1963 f.1).¹

Os versos acima pertencem a uma canção de capoeira, gravada em meados do século XX por um renomado capoeirista, conhecido pelo pseudônimo de “Mestre Traíra”. Tão comum quanto os apelidos na capoeira, é o fato de que seus praticantes, ou pessoas que tenham proximidade com a prática, se relacionem e tenham contato com canções em torno do tema da “Guerra do Paraguai” e com memórias da guerra para as populações negras do Brasil. Essas canções, antes de serem gravadas em LP’s e difundidas com o auxílio de diferentes aparelhos sonoros, foram transmitidas de forma oral, através da prática coletiva de capoeira em espaços públicos, conhecida como “roda de capoeira”, ou pela instrução de um “Mestre” ou “Professor” a seus alunos, nas feiras, varandas e quintais das casas, ruas, procissões, em festas de santos², mercados, portos, em espaços populares, onde estavam as massas trabalhadoras. Existem outras versões gravadas durante o século passado, como por exemplo uma versão de Mestre Bimba³, presente em seu LP do ano de 1969, que descreve um fato em

¹ Lp Mestre Traíra , 1963 f.1

https://www.discogs.com/pt_BR/release/5141032-Mestre-Tra%C3%ADra-Capoeira-

²“Ante-hontem, depois que recolheu-se a procissão de Passos, reunirão-se os capoeiras, na rua da Assembléa, canto da do Carmos, e terão commettido algum attentado, se não fossem pserseguidos por uma força de permanentes que estava na Capella Imperial e que conseguiu a captura de 3.” (Correio Mercantil, e Instructivo, Político Universal (RJ) , 1860, edição 63)

³ Manoel dos Reis Machado nasceu no Engenho Velho de Brotas, em Salvador, no dia 23 de novembro de 1900. <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/16849-quem-foi-mestre-bimba.-criador-da-capoeira-regional>

comum com a canção gravada por Mestre Traíra. Uma surpresa parece acometer ao sujeito das canções que, estando na sua casa, “sem pensá” e “sem imaginá”, foi “convidado” ou “intimado” a participar do maior conflito armado da América Latina. Essas canções possivelmente estão entre as primeiras versões gravadas em LP, aproximadamente um século após o período que marcou a guerra (1864-1870).

Os capoeiras, capoeiristas, praticantes da capoeiragem do século XIX, foram indivíduos das camadas marginalizadas do Brasil Imperial, em maioria compostas por sujeitos negros e “pardos”, africanos e afro-brasileiros que desenvolveram uma manifestação cultural a partir de heranças e tradições culturais do continente africano.

Todas as nações africanas tiveram representantes presos como capoeira, nas mais diversas proporções, por todo período estudado. Esses dados reforçam a idéia da capoeira ser uma invenção escrava, isto é, ter sido criada no Brasil, nas condições peculiares da escravidão urbana, mesmo majoritariamente por africanos. (SOARES, 1993, pp. 37 e 38).

Na metade do século XIX a capoeira era extremamente generalizada, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, e por mais que a repressão policial e forças da ordem empenhassem diversos esforços para extingui-la, a cada dia parecia ganhar mais adeptos, e seus “usos” variaram em diferentes finalidades, como: disputas sobre domínios dos territórios urbanos, desavenças pessoais, conflitos políticos, confrontos com as forças da ordem, diversão e entretenimento aos trabalhadores urbanos, entre outros contextos. A prática da arte capoeira não era só feita de riscos, também trazia benefícios e vantagens muitas vezes perante um sujeito não praticante. Segundo Carlos Eugênio “A capoeira não era usada somente contra policiais, soldados ou senhores violentos. Ela servia para acertar diferenças e marcar hierarquias dentro da própria massa escrava” (SOARES, 1993, p.40). Essa prática, e seus praticantes, aterrorizaram as elites de grandes cidades durante o século XIX, pertencendo esses sujeitos às condições de livres ou de escravos, foram temidos, perseguidos e reprimidos de maneira intensa e brutal. Tal repressão é facilmente encontrada nas seções de crimes dos jornais da época e registros de repartições de polícia, sendo esses registros hoje um dos poucos lugares possíveis de se conseguir informações sobre os capoeiristas, como atuavam no cotidiano, e saber mais sobre como a sociedade imperial se relacionava com esses sujeitos e

com essa prática.

O presente trabalho busca relacionar: capoeira, história do Brasil e memória, utilizando um conjunto diversificado de fontes documentais: fontes orais presentes em letras de canções difundidas no universo da capoeira, fontes bibliográficas, artigos de jornais publicados entre os anos 1860-1870. Trata-se de tentar compreender por que o tema da “Guerra do Paraguai” é um tema recorrente nas músicas de capoeira? Qual é a sobrevivência e a resistência dessas memórias da Guerra do Paraguai a partir da música, da oralidade e da prática de capoeira? Na tentativa de obter informações sobre essas questões, foi realizado um mapeamento das músicas de capoeira que pudessem contribuir com essa discussão. Esse mapeamento foi realizado através de diálogos com mestres e praticantes⁴ de capoeira e, por conselho de alguns deles, optei por recorrer as tradições e buscar aos capoeiristas “mais antigos” do século passado. Primeiro porque foram renomados sujeitos que se destacaram pelas suas habilidades físicas e intelectuais, e que empreenderam intensos esforços para a preservação da capoeira durante o século passado, sendo alguns deles os primeiros a gravarem em LP’s canções que foram transmitidas por décadas através da oralidade. Segundo, esses praticantes mais antigos do século passado, como Mestre Bimba e Mestre Pastinha⁵, tiveram contato com a capoeira desde as primeiras décadas, em período muito próximo ao qual sucedeu a guerra, onde as memórias sobre o conflito ainda eram recentes nas camadas populares.

O mestre tem profunda ligação com a própria palavra tradição, que vem do latim: traditio. O verbo é tradere e significa precipuamente entregar, designa o ato de passar algo para outra pessoa, ou de passar de uma geração a outra geração. O verbo tradere tem relação também com o conhecimento oral e escrito. Isso quer dizer que, através da tradição, algo é dito e o dito é entregue de geração a geração. (ABIB, 2006, p.93).

⁴ Os diálogos estabelecidos com mestres de capoeira (inclusive meu próprio Mestre) e praticantes, contribuíram muito nesse trabalho, sendo fundamental para direcionar algumas questões. Ressalto também a contribuição para esse trabalho de uma viagem de pesquisa à Bahia, com o auxílio da Universidade Federal da Integração Latino Americana através do EDITAL PROGRAD N° 135/2019.

⁵ O mais antigo dos citados é mestre Pastinha, que nasceu no ano de 1889, e aprendeu capoeira com 8 anos de idade, sendo um dos mais representativos capoeiristas do século passado, se tornando um herói para o universo da capoeira, principalmente pelo seu trabalho de preservação da prática de capoeira Angola.

<https://www.brasildefato.com.br/2016/11/18/ha-35-anos-partia-mestre-pastinha-criador-da-capoeira-de-angola>

Outras canções foram obtidas no trabalho de Waldeloir Rego⁶, realizado em 1968, em um período em que a academia passou a se interessar mais pela capoeira, tanto em seu aspecto histórico, como cultural. Segundo Soares, a história demorou a encontrar-se com a capoeira, mais do que a antropologia, por exemplo.

Talvez fosse devido a rígida divisão entre as disciplinas, que de certa forma até hoje vigora em muitas universidades. A busca de uma “História do povo”, que se inicia nos anos 50, haveria de inevitavelmente criar um encontro com o tema.” (SOARES, 1993, p.27)

Rego registrou diversas canções, aproximadamente no mesmo período em que são gravados os primeiros LP 's de capoeira, a partir do contato com importantes mestres e praticantes que influenciaram na preservação da prática desde as primeiras décadas do século passado. Além das músicas e das fontes bibliográficas, os jornais foram fontes importantes para esse trabalho. No jornal como fonte, podemos compreender como a sociedade da época se relacionava com a capoeira e com seus praticantes, e como essa sociedade relegou um lugar marginalizado à capoeira. Talvez esse lugar da marginalidade seja pela prática de capoeira estar diretamente ligada aos povos africanos e afro-brasileiros, ou talvez também pelo medo de que as violências sofridas por essas populações, através da capoeira ou de alguma outra forma de resistência, pudessem ser canalizadas e direcionadas contra as elites brancas escravocratas.

As fontes primárias utilizadas foram obtidas através da Hemeroteca Digital⁷ da Biblioteca Nacional, pesquisadas nos jornais disponíveis entre os anos 1860 a 1870, usando como referência de pesquisa as palavras “capoeira”, “capoeiras”, “capoeiristas” e “capoeiragem”. Após a seleção das fontes que tinham relação com o tema do trabalho, o material foi organizado e selecionado para “dialogar” com as memórias das canções de capoeira. Cabe ressaltar que o cruzamento das fontes orais com os jornais não se dá na intenção de utilizar as fontes de jornais para “validar”, ou “legitimar” as fontes orais, estabelecendo uma hierarquia entre as fontes históricas, mas sim como uma tentativa de relacionar diferentes fontes para pensar a complexidade do tema.

⁶ REGO, Waldeloir. Capoeira Angola: Ensaio Sócio-Etnográfico. Editora Itapoã, Salvador-BA, 1968.

⁷ <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Uma das motivações em abordar esse tema se deu pelo fato de as canções de capoeira terem me despertado certa curiosidade, desde que tive um contato inicial com a prática na infância. As canções e seus ritmos transcendentais, acompanhadas de instrumentos como o berimbau, pandeiro, agogô, atabaque, reco-reco, pareciam e parecem ter a capacidade de me transportar entre passado e presente, reafirmando uma história que foi esquecida pela história oficial e resgatada pela cultura popular. Hoje, outras motivações “me batem à porta”, que é a ausência de mais interesse do espaço acadêmico pela inserção dos povos africanos e afro-brasileiros como sujeitos ativos e participantes de nosso passado, sujeitos que diretamente interferiram na história e na cultura em nosso presente. Diferentemente de perspectivas que perduraram e perduram dentro da história oficial, que remonta às populações negras um lugar engessado no passado, como somente mão-de-obra para o sistema escravista colonial.

Eu quero dizer o seguinte: o preto, diante da História do Brasil, se sente o eterno escravo, o eternamente vencido, incapaz de reagir diante da situação que foi colocada aqui no Brasil. Mas isso é uma deformação total que a historiografia procura trazer e que já não corresponde mais à situação de classe baixa que o negro brasileiro geralmente está, de falta de instrução, de falta de condições econômicas, mas que está basicamente estruturado dentro de um arcabouço ideológico de grandes implicações. (NASCIMENTO, 1977, p.128).

Outro interesse sobre esse tema se dá pela possibilidade educacional proporcionada pela capoeira, e pelas práticas educativas que privilegiam a cultura popular como estratégias para pensar a educação e o ensino. A capoeira além de uma prática de transmissão de memórias, também é uma prática educativa, que muitas vezes se relaciona com temas abordados pelo ensino tradicional, em outras o contesta.

2.1 - A CAPOEIRA E OS CAPOEIRAS: Entre os jornais, a marginalidade e a guerra.

- Capoeiras. - Ante hontem o inspector do 7º quarterião da Freguezia de S. José conseguio, depois de muito chamar, juntar alguns paisanos, e prender dous capoeiras, que entre numeroso grupo fasião grandes africanas, Informão-nos que um é crioulo forro, e diz não conhecer ninguem que possa mais do que elle. A policia poderá dizer se o capoeira tem razão. (Jornal do Commercio (RJ), 1860, edição 183).

Um dos caminhos para compreender melhor como a sociedade imperial se relacionava com a prática de capoeira é pesquisando nos jornais do período. Neles encontraremos diversas fontes, especialmente na capital do Império, Rio de Janeiro, onde a prática de capoeira foi intensamente perseguida e reprimida. Alguns jornais contam com sessões específicas para os crimes ocorridos na cidade, onde a capoeira ocupou um lugar de destaque entre os crimes noticiados, desde as primeiras décadas do século XIX, atingindo seu auge principalmente em meados do século.⁸

A prática da capoeira foi desenvolvida em território nacional por africanos e afro-brasileiros, dentre os quais participavam sujeitos nas condições de escravizados e livres, e nos registros de prisões encontramos indivíduos nessas duas condições com extrema frequência. Nota-se em comum a questão da cor da pele nos relatos de prisões, sendo quase exclusivamente pessoas negras, e algumas pessoas descritas como “pardas”. Ao observarmos a notícia acima, notamos que o sujeito preso é destacado como “crioulo forro”, sendo essa primeira classificação relacionada a cor da pele do indivíduo, seguida da classificação da condição social em que se encontra esse sujeito⁹. A maior parte dos registros de prisões por capoeira nos periódicos trazem essa característica de descrever somente o primeiro ou único nome do preso, a condição social do indivíduo (livre, escravo ou ex-escravo), a cor da pele e por vezes, com menor frequência, o local de origem desse indivíduo. Em algumas prisões cotidianas pela prática de capoeira no Rio de Janeiro, é possível também encontrar algumas informações sobre as profissões de alguns presos, e o nome do “senhor”, quando a condição do sujeito era de escravo. A palavra “África” aparece num tom de depreciação e ironia, assim como também em outras notícias nos jornais se utilizam as palavras capoeira, capoeirista ou capoeiragem como uma característica depreciativa, como ação incubida de uma ausência

⁸ O jornal Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ) do ano de 1864, edição 152, traz números referentes às prisões do mês de Maio. De um total de 248 prisões efetuadas, a capoeira conta com 18 delas, ficando atrás somente das prisões por: “embriaguez”, “vagabundos”, “não terem domicílios”, “desordeiros” e “outros diversos”(crimes não especificados)..

⁹ As notícias de prisões nos jornais geralmente trazem esse tipo de característica de descrever poucas informações sobre os indivíduos, e poucas informações sobre o local de origem ou etnia, sendo mais comum a designação de africano, como por exemplo a prisão de “Agostinho, africano livre por capoeira” (Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), 1862, edição 12).

moral.

A notícia destaca que conseguiram prender dois capoeiras entre “numeroso grupo”, e um desses sujeitos ao ser preso desafia a autoridade policial ao afirmar “não conhecer ninguém que possa mais que ele”, evidenciando um embate existente entre os praticantes de capoeira e as forças repressivas que representavam a “ordem social”. Ao final da notícia acontece algo comum nos jornais do período, porque de certa forma ela enfatiza em tom de ironia a “necessidade” da polícia mostrar a esse sujeito se realmente “ninguém pode mais que ele”, como se de certa forma convidasse a polícia a mostrar ao capoeira “qual seria seu lugar” dentro da ordem social, baseada na violência e na repressão. Os jornais contribuíram intensamente na perseguição contra a capoeira, colaborando com a disseminação de uma perspectiva depreciativa, que buscava pôr fim à prática através do uso das forças repressivas do Estado, incentivando o uso da violência e toda forma de repressão contra seus praticantes.

Embora tenha fixado atualmente no imaginário popular que o surgimento da capoeira tenha se dado dentro dos limites da escravidão rural, como prática de defesa e luta contra as mazelas da escravidão, é no cenário urbano que as fontes estão registradas com expressividade já nas primeiras décadas do século XIX, e que historiografia reconhece o surgimento da prática da capoeira¹⁰. Sendo as cidades portuárias de Salvador, Rio de Janeiro e Recife, cidades onde havia maior quantidade de praticantes, pelos registros de prisões e pelas inúmeras páginas de jornais dedicadas à propaganda contra a prática de capoeira, especialmente a cidade do Rio de Janeiro, onde pelos dados da repressão fica evidente que a prática na cidade foi mais reprimida do que qualquer outro lugar. Individualmente ou em grupo, como no caso das maltas (grupos formados quase que exclusivamente por cidadãos marginalizados, homens negros livres e escravizados), os capoeiras foram responsáveis por aterrorizar as elites do Rio de Janeiro e Recife durante o século XIX, e participaram ativamente em contextos de disputas eleitorais e controle territorial.¹¹ Em relação às maltas, a

¹⁰ Ver Dossiê IPHAN “A perspectiva que parecia mais coerente remetia para o desenvolvimento da arte nas principais cidades portuárias brasileiras, tendo surgido como prática urbana de resistência de escravos ao ganho, na maioria das vezes reunidos nos agrupamentos conhecidos como maltas.” pp.8-9

¹¹ Carlos Eugenio Libano Soares, em seu trabalho “A Negrada Instituição, Os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890”, detalha a presença das maltas, suas composições e suas influências no meio urbano, nas eleições e no terror causado às elites. Duas principais maltas, os Nagoas e Guayamus, participaram ativamente de conflitos políticos gerados pelas oposições entre liberais e conservadores, e travaram intensos combates por domínios de territórios urbanos.

condição social imposta pela colonização pouco influenciava em suas composições, sendo possível encontrar tanto sujeitos livres como escravizados, participando e liderando grupos¹².

Notícias como a do Correio Mercantil no ano de 1862 são extremamente comuns nos noticiários da época, onde nesse caso relata a presença de uma malta de aproximadamente 12 a 14 pessoas que, após confusão, agredem um sujeito que passava, os “capoeira, como de costume, “dispersarão-se”, tomando diferentes direções.¹³ Dentre os presos, desde as primeiras décadas do século XIX, é marcante uma variedade étnica de diferentes partes do continente africano, e “Na documentação policial, datada dos anos 1820, relativa às prisões de escravos por praticarem capoeira na cidade do Rio de Janeiro, encontramos um grande número de etnias, como, por exemplo: Angola, Congo, Moçambique, Cassange, entre outras.” (PIRES, 2009, p.56).

Antonio Liberac apresenta dados sobre praticantes na cidade do Rio de Janeiro, e demonstra a partir dos registros de prisões, que ainda nas primeiras décadas do século XIX a capoeira já ocupava um lugar de destaque, com número relativamente expressivos de praticantes presos.

No período de 1810 a 1821, entre as 4853 prisões efetivadas pela polícia nessa cidade, 438 (9%) foram por acusação de prática de capoeira. Nesse período, os capoeiras formaram grupos e interferiram nas relações de poder no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, assim como nas relações entre escravos e senhores e entre os próprios escravos. (PIRES,2009, p.56).

Mesmo sua prática não sendo tipificada crime dentro do código penal imperial, na cidade do Rio de Janeiro foi duramente perseguida e criminalizada, sendo os praticantes presos, torturados¹⁴ e acusados muitas vezes de outros “crimes”, que frequentemente eram associados com a prática de capoeira, tais como: desordem, agressão física, andar sem bilhete, fugir, furto, assassinato, embriaguez, portar facas e navalhas entre outros¹⁵. A capoeira e seus

¹² “Foram presos... O preto escravo Fructuoso, por suspeito de ser um dos chefes da malta de capoeiras, que se costuma juntar no campo da Acclamação, esquina na rua do Sabão da Cidade Nova” (Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), 1863, edição 205).

¹³ Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), 1862, edição 104).

¹⁴ No ano de 1868, o Jornal do Commercio traz informações sobre o julgamento do Escravo Amancio, natural do Rio de Janeiro, 27 anos. Ao passar um grupo de capoeira causando “desordens”, o réu foi acusado de aproveitar-se do momento para tentar furtar o relógio e agredir o soldado João Ribeiro Ramalho do batalhão naval, sendo preso pelo mesmo. Pelo crime Amancio foi condenado a “50 açoutes e a trazes ferro no pescoço por seis meses” (Jornal do Commercio (RJ), 1868, edição 243).

¹⁵ O jornal do Commercio, do ano de 1861, edição 92, retrata a prisão de um indivíduo chamado Joaquim, que

praticantes desde os primórdios estavam intrinsecamente ligados a práticas marginalizadas e a pessoas marginalizadas pelo sistema escravista imperial.

Em 1871, o *Jornal de Recife*¹⁶ traz informações sobre a prisão de José Joaquim, no Rio de Janeiro, capoeira apelidado de Chenchem¹⁷, por ferir com uma faca o caixeiro Manoel Joaquim. A notícia prossegue e destaca que uma hora e meia passada o ocorrido, os policiais do 1º batalhão da artilharia prenderam o "moleque Ambrozio", por praticar capoeira. A prisão do menino ainda é reforçada como uma prevenção contra futuros “criminosos” como o Chenchem, evidenciando que nem mesmo as crianças passavam despercebidas dos olhos e garras das autoridades. O mesmo Chenchem já havia sido preso em outra ocasião por “capoeira e ferimento”, 1869, na cidade do Rio de Janeiro¹⁸.

Estudando a presença de baianos na capoeira no Rio de Janeiro entre 1863-1890, Carlos Eugênio Líbano¹⁹ analisou a presença de 112 prisões de baianos nos registros da casa de detenção do Rio de Janeiro, durante esse período, sendo 10 escravos e o restante livres, e alguns como no caso de Chenchem, presos mais de uma vez, e um total de 2632 presos por capoeira durante o período.²⁰ Mesmo sendo difícil encontrar fontes de jornais referentes à repressão da prática de capoeira em território baiano, talvez pela repressão na Bahia ser menos intensa que no Rio de Janeiro, podemos ver através desse estudo que os praticantes baianos tinham presença expressiva na capoeiragem carioca durante a segunda metade do século XIX.

Ao se referir a capoeira no século XIX, Carlos Eugênio Líbanos Soares a descreve

estava entre um grupo de “pretos” capoeiras, causando “costumadas correrias” na rua do Fogo. Junto ao preso “foi encontrado com uma navalha de mola”, sendo conduzido assim “ao xadrez da policia”. Ao ser encontrado com um pouco de “dinheiro em papel”, Joaquim come as notas para evitar a apreensão do dinheiro por um dos policiais.

¹⁶ *Jornal do Recife* (PE) ano 1871 edição 242

¹⁷ Apelidos costumam ser comuns até os dias de hoje na capoeira, sendo possível notar em distintos praticantes de capoeira das entre o fim do século XIX e início do XX, como no caso: Besouro mangangá, Manduca da Praia, Bimba, Pastinha. Segundo alguns mestres, eram formas dos indivíduos por vezes terem o nome e um ou mais apelidos, como forma de camuflar socialmente sua verdadeira identidade.

¹⁸ *Diário do Rio de Janeiro* (RJ), 1869, edição 151

¹⁹ SOARES, C. E. L. A capoeiragem baiana na Corte Imperial (1863-1890). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, 1998. DOI: 10.9771/aa.v0i21-22.20966. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20966>. Acesso em: 25 jul. 2022. pp. 148-149

²⁰ No ano de 1860, o jornal diário do Rio de Janeiro, traz a notícia de um crime cometido por “um preto, bahiano, por nome José”, por ter se desentendido com um pedestre, José o feriu “mortalmente na barriga com um canivete”. Foi necessário juntar várias patrulhas para prender José, incluindo a da cavalaria. Segundo a notícia “o altanado capoeira, defendendo-se com um denodo digo de melhor causa” gerou intenso tumulto. (*Diário do Rio de Janeiro* (RJ), 1860, edição 133).

"como um fenômeno que marcou fortemente a vida social da cidade do Rio de Janeiro no século passado", sendo considerada desde as primeiras décadas do século XIX um "flagelo das autoridades responsáveis pela ordem social" (SOARES, 1993, p.15). Tal fato pode ser notado em diversas prisões que são efetuadas por "suspeita" de determinados indivíduos serem "capoeiras", ou suspeita de praticar a "capoeiragem", como, por exemplo, a prisão, em 1862, do africano livre de nome Antonio²¹, "por suspeito de capoeira", nada mais constando nesses tipos de notícias de prisões que pudessem comprovar mesmo o indivíduo ser um praticante. Um homem negro que estivesse andando rápido²², em grupo, assobiando, com vestimenta considerada de capoeira, com adornos na roupa ou chapéu²³, ou mesmo com uma forma "distinta" de caminhar²⁴, poderia ser qualificado como capoeira por alguma dessas ações, fato que demonstra intensa preocupação da ordem com a capoeira no cotidiano urbano.

Escravos em fuga também costumam ser descritos como capoeiras, em sessões específicas para anunciar fugitivos e denunciá-los. Essas notícias referentes aos escravos capoeiras fugitivos, fazem parte das poucas fontes encontradas que não pertencem a cidade do Rio de Janeiro. Possíveis escravos capoeiras foram encontrados em jornais do Rio de Janeiro, Recife, Minas Gerais e São Paulo.

Fugio no dia 8 do corrente o escravo de nome Simplicio, cabra, alto, olhos grandes, beijos grossos e pés grandes, é muito conhecido por ser capoeira e estar sempre alugado em casa de pasto... (Diário do Pernambuco (PE), 1869, edição 155).

Fugio do Dr Firmino José... seu escravo Candido com os signaes seguintes: pardo, natural de Pernambuco, de 23 a 24 aos, cabos pretos, trazendo-os sempre bem penteados...traz sempre ao pescoço um rosário de contas brancas por baixo da camisa, tem o vicio de pitar e jogar, é atirado a capoeira e bem fallante.... Quem o apprehender e levar ao seu senhor na cidade de Ubá, será generosamente gratificado. (Noticiador de Minas (MG), 1869, edição 136).

²¹ Jornal Constitucional (RJ), 1862, edição 151).

²² Como o caso da fuga de Simplicio, em 31 de Janeiro de 1870. Simplicio é descrito como figura de altura regular, bonita, 22 anos de idade, sem barba, natural da Bahia... "anda muito ligeiro, indicando ser capoeira" (Correio Paulistano (SP) 1870 edição 4104).

²³ ...a percepção de uma identidade cultural própria, com certeza construída com base em códigos africanos de identidade tribal, combinados com rivalidade locais produzidas pela experiência da escravidão urbana, assim o uso de fitas amarelas e encarnada, e partes da roupagem como simbolo, sugente a existencia de emblemas grupais muito particulares, indicando uma rivalidade que estrapola o inimigo comum escravista (SOARES, 1993, p.41).

²⁴ "Fugiu o escravo José, crioulo, escravo ... idade 18 anos, estatura regular, oficial de charuteiro; quando anda ginga, tem estado por vezes na correcção por capoeira...Correio Mercantil, e instructivo, Político, Universal (RJ) ano 1865 edição 84

Em relação aos registros de prisões noticiados nos jornais durante o período em que o Brasil esteve em guerra contra o Paraguai, principalmente sobre casos no Rio de Janeiro, um fator muito específico me chamou a atenção. Ao pesquisar os registros de prisões por capoeira nos registros da polícia da Corte, Carlos Eugênio notou que “sintomaticamente, os registros do xadrez da polícia da Corte, deixam de registrar, de 1866 a 1871 prisões por “capoeiras”.” (SOARES,1993, p.266). Estranhamente, os registros nos jornais sobre prisões de praticantes de capoeira, começam a ficar mais escassos durante aproximadamente o mesmo período. Entre os anos de 1860 a 1865, é possível se deparar com tabelas dos crimes mensais realizados, ocupando a capoeira lugar de destaque em boa parte dos meses, ou notícias em primeira ou segunda página destacando ações relacionadas à prática. Durante o período da guerra os registros reduzem drasticamente, tornando-se mais escassos, voltando a ser novamente expressivos da década de 1870 em diante. Pensar que tais ausências coincidem com período do conflito, faz com que se abra um espaço grande para pensar uma hipótese: Sendo os capoeiras indivíduos tão estigmatizados e “indesejados” pela sociedade imperial e, tendo surgido uma grande necessidade de contingente humano para atender as demandas da guerra, seria possível que as forças da ordem tenham direcionado uma atenção maior ao recrutamento dos capoeiras?

Em relação à praticantes de capoeira na guerra, foram encontradas somente três fontes mais específicas durante a pesquisa, sendo elas um crime passional, uma carta sobre os acontecimentos da guerra realizada por um médico do exército, e a possível fuga de um homem da escravidão, que refuriou-se nas tropas da guerra.

A primeira ocorre no ano 1869, um crime passional na cidade do Rio de Janeiro chamou-me a atenção por sua peculiaridade²⁵. O crime ocorreu à tarde no bairro do Livramento. Uma mulher “parda”, de nome “Maria Firmina do Espirito Santo”, conhecida pelo apelido de “Maria Mussú”, matou com uma “canivetada sobre o peito esquerdo” um sujeito conhecido por José Capoeira, que veio a falecer no local do ocorrido. A notícia chama a atenção por descrever José Capoeira como um sujeito “liberto”, que “ tinha servido na campanha do Paraguay aonde por diversas vezes entrara em combate sem que fosse ferido. Estando destinado a morrer de uma dentada de mussú”. Não sabemos ao certo em que ocasião

²⁵ Diário do Rio de Janeiro (RJ), 1869, Edição 293

José foi liberto, o que abre possibilidade para que sua liberdade tenha sido concedida para destinar-se a guerra, já que políticas imperiais para o ingresso de escravos alforriados dentro do exército começaram a ganhar intensidade pela necessidade de contingente. Também não é possível afirmar com toda a certeza que José capoeira fosse mesmo praticante de capoeira, pois a palavra traz demasiados significados para além da prática da capoeiragem, como designação de tipo de terreno e espécies de “aves de capoeira”²⁶. Fato é que a primeira vista tal associação se torna tentadora.

A segunda fonte destaca que um soldado capoeira, desferiu uma cabeçada²⁷ contra um prisioneiro paraguaio, sendo esse um golpe muito utilizado na prática de capoeira até os dias atuais.

“Outro do 14, fazendo um prisioneiro e querendo dar cabo delle, um official da artilharia oppoz-se. Elle teve pezar disso e pedio: Ao menos Sr. tenente, deixe-me dar-lhe uma cabeçada! O official riu-se e o capoeira pregou uma testa tão bem dada no paraguay que quebrou-lhe os queixos.” (O Publicador (PB), 1866, edição 1163).

Nessa fonte mais especificamente podemos ver a presença de um soldado capoeira, em pleno uso de seus golpes contra um prisioneiro inimigo. Tal prática tão reprimida em solo brasileiro, nos contornos da guerra contra os ditos “inimigos da pátria” parece ser mais aceitável, pelo menos nesse relato. O jornal diz que a carta foi escrita por um médico do exército próximo ao forte de Curupayti. Tal carta destaca atos de bravura dos soldados brasileiros na guerra, incluindo o ato do capoeira vem após relatos desses atos.

A terceira e última fonte encontrada nos jornais que relaciona a Guerra do Paraguai e capoeira, aconteceu em uma notícia no Jornal de Ouro Preto, no ano de 1867. A seção de "Escravos Fugidos" traz a notícia da fuga de Manoel Cezario de 30 anos, que fugiu da fazenda d'Aparecida, em São José do Além Paraíba. A fazenda pertencia ao Barão d'Aparecida. A descrição sobre José é que ele tem muita proza, e embriaga-se, além de ter um

²⁶ Ver Carlos Eugenio Libano Soares, A negrada instituição, Capítulo I: De Malungos e N'golos :Origens p.14-58

²⁷ Outro exemplo da associação entre a “cabeçada” e a prática de capoeira. O correio Paulistano, ano 1862, edição 01725, traz a notícia de que “Na freguesia do Sapé um indivíduo de nome Francisco Luiz, indo dar uma cabeçada em outro de nome Cypriano...Cahio, resultando em queda fracturar um braço, e o pescoço. Em má hora meteo-se este infeliz à capoeira.”

"andar de capoeira". José possivelmente mudou de nome segundo a notícia , já que passaram-se mais de 3 anos de sua fuga.²⁸ Sobre o paradeiro, "tem havido notícias que se intitula livre e está com praça em algum corpo do exercito ou da Provincia". Notícias relacionadas a fugas de "escravos capoeiras" aparecem com frequência durante o período, porém essa foi a única em que apresenta a possibilidade do fugitivo ter usado o alistamento militar como refúgio perante a condição de escravidão.

Embora as fontes dos jornais durante o período analisado sejam marcadas por uma única visão sobre a capoeira e seus praticantes, que era a partir da perspectiva das elites imperiais, nelas podemos compreender como as elites e as forças repressivas do Estado se relacionaram durante o século XIX com essa questão. Todas as forças coercitivas foram empregadas contra a prática de capoeira, especialmente no Rio de Janeiro, e apoiadas pelos meios de comunicação do período, reforçou um lugar de marginalização e repressão contra seus praticantes, criou-se uma perspectiva depreciativa sobre a prática e seus praticantes não somente durante o Brasil imperial, mas que também perdurou durante as primeiras décadas do século XX após a instauração do regime republicano. Nenhuma outra prática cultural foi tão discriminada e punida como a capoeira durante todo o século XIX, e a partir de tantos esforços empreendidos, podemos afirmar que a capoeira causou pânico nas elites escravocratas, principalmente por sua origem estar ligada a uma prática de africanos e afro-brasileiros, especialmente sujeitos na condição de escravos, mas também de cidadãos livres oriundos das classes populares.

2.2 - As músicas de capoeira e o ensino de capoeira como exercício da memória

Quando se pergunta sobre as manifestações culturais originadas em território brasileiro, a capoeira provavelmente é uma das primeiras que vem à mente de muitas pessoas. Mesmo aquelas não praticantes, das mais distintas idades, já tiveram algum contato com ela, assistindo a uma roda de capoeira em algum espaço público, por representações audiovisuais, ou até mesmo algum contato através da escola. Hoje a capoeira não só conquistou todo o território brasileiro, como também "deu volta ao mundo", encontrando-se difundida em mais

²⁸ Jornal Constitucional: Jornal Político, Literario e Noticioso (MG), 1867, edição 63.

de 150 países segundo o IPHAN²⁹, e ocupando um lugar bem distinto em relação às primeiras décadas do século passado, onde sua prática configurava crime pelo artigo 402 do código penal de 1890³⁰, situação que perdurou até 1937.

Com efeito, os olhares discriminatórios da sociedade e de suas instituições policiais sobre a capoeira perdem intensidade com o passar dos tempos. Em 1937, a capoeira foi liberada, pois já se encontrava em outro degrau dos valores sociais. (PIRES, 2009, p.59).

Novos olhares foram direcionados para a capoeira a partir de sua legalização, sendo também um período marcado pelo Estado promover o fortalecimento de ideais nacionalistas. Logo o Estado, que em período anterior trabalhava arduamente para a repressão da prática, passou a enaltecer a capoeira como manifestação cultural, esporte e luta nacional, uma espécie de “nacionalização” da capoeira, de sua prática, sua história e das memórias que seriam associadas a ela. Essa “nacionalização” da capoeira de certa forma contribuiu em uma tentativa de “ocultar” suas origens africanas, questão que levanta inúmeros debates até o presente sobre tentativas de desassociar, ou apagar as memórias africanas da história oficial.³¹ Se entre o século XIX e as primeiras três décadas do século XX, a capoeira foi considerada uma transgressão moral, e social, quando finalmente sua prática é retirada do código penal republicano, os praticantes de capoeira passam a enfrentar outras forças, no campo simbólico, que se construía sobre a prática da capoeira: a disputa pelas memórias que deveriam ser preservadas ou sobre qual história da capoeira seria contada.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.

²⁹ IPHAN. **Roda de Capoeira**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66>>. Acesso em 04 de Out. 2021.

³⁰ BRASIL. Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890 do Código Penal. Senado Federal–Secretaria de Informação Legislativa. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>

³¹ Mestre Pastinha em uma “ladainha” gravada em 1969, reafirma as origens africanas através dos seguintes versos: *Bahia, nossa Bahia, Capital é Salvador, Quem não conhece a capuêra, não pode dar seu valor, Capuêra veio da África, Africano quem a trouxe, Todos podem aprender, General também doutor...*

(POLLAK, 1989, p.7).

Os intelectuais brasileiros tiveram influência direta na criação de um “novo olhar sobre a capoeira”, um olhar que buscava desviar de seu passado “criminoso” e marginalizado, e também de suas origens associadas à práticas de povos oriundos da África, caracterizando-a como uma luta nacional, desvinculando-a de sua história. Antonio Liberac mostra como, em relação a capoeira, os intelectuais brasileiros a manipularam simbolicamente, de um lado na tentativa de sua nacionalização e do outro na defesa de suas “origens africanas”, como argumentou o intelectual Manoel Quirino³², homem negro de Salvador que participou da Guerra do Paraguai³³. Liberac destaca a importância de Edson Carneiro e Jorge Amado na construção simbólica da capoeira no Brasil como uma expressão da cultura nacional, sem descaracterizar as origens africanas, inserindo a cultura africana na cultura nacional.

Nesse sentido, Amado, ao classificar a capoeira como expressão da cultura nacional, buscava garantir o lugar da cultura negra no movimento de construção de símbolos nacionais. O autor fez o mesmo com o candomblé, reivindicando sua formação africana e o destacou como cultura nacional, especialmente baiana. Com a obra *Bahia de todos os santos*, ele deixa evidente sua relação com os diversos representantes das culturas afro-brasileiras. (PIRES, 2010, p.8).

A história da capoeira acompanha há mais de dois séculos a História do Brasil, e a maior parte desse tempo em intenso conflito com o Estado, que designou às comunidades afro-brasileiras um lugar marginalizado na memória oficial, herança das tradições coloniais e colonialistas. As canções, ou cantigas de capoeira, confrontam esse espaço dado pela memória oficial a partir de memórias que não foram as privilegiadas na composição da memória nacional e que, apoiadas na oralidade, garantiram à capoeira e a outras manifestações culturais de raízes africanas resistir às diversas violências e proibições do sistema escravista, se

³² Importante salientar que, tanto Mestre Pastinha como Manoel Quirino, foram homens negros que viveram em Salvador. Quirino entre segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, já mestre Pastinha nasce no fim do século XIX, e se torna um dos mais importantes precursores da capoeira durante o século XX até o presente. Ambos defendem a capoeira como prática que veio da África, como forma de afirmar a cultura africana na construção da cultura nacional.

³³ Mais informações sobre Manoel Quirino, disponível em:

<http://www.dicionario.belasartes.ufba.br/wp/verbete/manuel-querino-manoel-raymundo-querino/>

reinventar, reivindicar memórias e trazer importantes debates no campo da História. Waldeloir Rego foi um dos primeiros a analisar as cantigas de capoeira e registrar algumas delas.

De um ponto de vista amplo, a cantiga de capoeira tanto pode ser o enaltecimento de um capoeirista que se tornou herói pelas bravuras que fez quando em vida, como pode ser narrar fatos da vida cotidiana, usos, costumes, episódios históricos, a vida e a sociedade na época da colonização, o negro livre e o escravo na senzala, na praça e na comunidade social. (REGO 1969 p. 89).

As cantigas de capoeira fazem parte das memórias das populações negras e a partir delas podemos levantar diversas questões sobre as experiências do passado e também questionarmos sobre como esse passado é construído e apresentado no presente, além de compreender melhor quais memórias são privilegiadas em detrimento de outras. As memórias nem sempre são homogêneas pela força do Estado, elas apresentam oposições, contrastes, principalmente num país tão diverso quanto o Brasil, onde as memórias de quilombolas, indígenas, das comunidades periféricas, das mulheres, estão em conflito com a memória oficial, enquadrada. Segundo Michael Pollak, ao “privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional” (POLLAK, 1989 p.10).

Qualquer pessoa que busque se aprofundar minimamente na história da capoeira e nas memórias produzidas pela prática de capoeira, notará que desde seus primórdios ela está intrinsecamente inserida em um conflito com a memória nacional. Esse conflito é oriundo de um sistema escravocrata, que buscou retirar não somente a força de trabalho das milhares de pessoas que foram forçadas a cruzar o Atlântico, como também suas bases culturais, históricas, religiosas, ou seja, qualquer possibilidade de existirem conforme seus anseios, obrigando que as memórias dessas populações marginalizadas desde a formação do Estado nacional habitassem em espaços “ocultos”, existissem de forma “subterrânea”, como forma de garantir a sobrevivência.

A capoeira e sua prática perpetuam essas memórias, tanto pelas canções, como por sua forma peculiar de ser transmitida, através da oralidade presente na forma de ensinar e aprender a capoeira, que está diretamente ligada à figura de um mestre. O mestre de capoeira não ensina somente a prática de movimentos físicos da capoeira, ele exerce a função de um

preservador e transmissor da memória coletiva. Essa transmissão oral acontece por diálogos com os alunos sobre temas, como: o passado das populações afro-brasileiras, memórias em torno da prática e dos praticantes mais antigos, possíveis interpretações para as canções de capoeira e sobre sua perspectiva da capoeira no presente em relação ao passado.

Na cultura popular, em geral, há sempre uma figura fundamental, responsável pelos processos envolvendo a memória coletiva: a figura do mestre. Os mestres exercem um papel central na preservação e transmissão dos saberes que organizam a vida social no âmbito da cultura popular, caracterizando, assim, a oralidade como forma privilegiada dessa transmissão (ABIB, 2006, p.91).

Cabe destacar não apenas a forma de transmissão e as letras das canções de capoeira, mas toda musicalidade envolvida, através dos ritmos e instrumentos específicos, que remontam a tradições mais antigas do que a capoeira. Dentre os instrumentos, destaco os seguintes: berimbau, atabaque, pandeiro, agogô e reco-reco. Instrumentos que foram moldados para a musicalidade da capoeira a partir de experiências musicais trazidas do continente africano, no qual o uso de alguns instrumentos destacados acima remontam há séculos de existência.

A pintura “O velho Orfeu Africano. Oricongo”³⁴, do ano de 1826, realizada por Debret, retrata a presença do berimbau, ou “oricongo”, como um instrumento presente no cotidiano das populações afro-brasileiras, sem que necessariamente esse instrumento esteja ligado à prática de capoeira. Na imagem, um ancião com seu berimbau, rodeado principalmente de trabalhadoras urbanas, que parecem interromper seus afazeres para admirar o que esse velho tem a transmitir. Hoje, para qualquer praticante ou admirador de capoeira, quando pensa em um berimbau, quase que automaticamente associa esse instrumento ao universo da capoeira, onde a presença de um velho com seu berimbau, continua sendo uma figura admirada e respeitada, como aquele que tem algo importante para transmitir.

³⁴ O Velho Orfeu Africano. Oricongo. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra61280/o-velho-orfeu-africano-oricongo>. Acesso em: 18 de julho de 2022. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7



Debret, 1826.

2.3 – As músicas de capoeira como memórias da Guerra do Paraguai

Vou me embora,
Vou me embora, Paraná
Tão cedo não venho cá, Paraná
Paranaê, Paranaê, Paraná
Puxa Puxa, leva leva, Paraná
Quando eu for eu levo ela, Paraná
Paranaê, Paranaê, Paraná...
(MESTRE WALDEMAR, 1955, f.2)³⁵

³⁵ DREYFUS, Simone. Bahia, Brésil Capoeira, 31st Oct 1955. Paris, CNRS/Musée de l'Homme, editado em disco LP Brésil n.2 Bahia, Paris: Musée de L'Homme MH16, 1956. Disponível em: <http://velhosmestres.com/en/waldemar-1955>.

Se as canções de capoeira trazem importantes elementos sobre as memórias das populações africanas e afro-brasileiras, podemos pensar que as canções de capoeira em torno do tema da Guerra do Paraguai trazem importantes questões para o debate em torno da participação dessas populações no conflito. Essas memórias, que em geral foram silenciadas pela memória oficial, resistem teimosamente, uma vez que, segundo Michael Pollak, “indivíduos e certos grupos podem teimar em venerar justamente aquilo que os enquadradores de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam por minimizar ou eliminar” (POLLAK, 1989, p.10). Deslocadas para espaços “subterrâneos”, essas memórias encontraram na capoeira um refúgio, e podem ser notadas por exemplo nos versos abaixo, registrados por Waldeloir Rego.

Eu tava na minha casa
Sem pensá, sem imaginá
Mandaro me chamá
Pra ajudá a vencê
A guerra no Paraguai. (REGO, 1968, p.117).

Os versos registrados por Rego trazem características similares da versão apresentada por mestre Bimba, no ano de 1869, e com a canção de mestre Traíra apresentada no início deste trabalho.

Iê na minha casa
Tava na minha casa
Sem pensá sem imaginá
Mandaram me chamar
Pra ajudar a vencer
Mas a Guerra no Paraná
Hahá
Água de beber
Ê aruandê... (MESTRE BIMBA, 1969, 20m52s)

Os versos dessas canções até os dias atuais costumam ser repetidos em rodas de capoeira, e gravadas em discos de capoeiristas mais novos. Como também existem versões

criadas por capoeiristas e grupos em período mais recente, que insistem em trazer memórias da participação afro-brasileira na Guerra do Paraguai como memórias importantes para o universo da capoeiragem³⁶. Na versão cantada por Bimba e na registrada por Rego, notamos uma espécie de relato sobre o próprio recrutamento ou intimação para a participar da guerra. Inicialmente vamos atentar para uma diferença nesses dois relatos, para posteriormente nos concentrarmos em suas semelhanças. Uma diferença marcante na versão de Bimba é o nome dado para a guerra, como “Guerra no Paraná”, diferente da versão registrada por Rego, e de outra gravada por mestre Traíra, que nomeiam o conflito como “ Guerra no Paraguai”³⁷.

A Guerra do Paraguai foi o maior, e o mais violento conflito de nosso continente e, para acontecer, foi necessário instaurar formas de mobilização e recrutamento em diversas regiões do Brasil, de proporções ainda não experimentadas anteriormente em outros conflitos regionais. A guerra gerou o deslocamento de inúmeras pessoas para as regiões fronteiriças com o Paraguai, especialmente para a região do Oeste do Paraná. Essa região era de grande importância para todos os países envolvidos no conflito, principalmente pelas conexões formadas pelo rio Paraná e seus afluentes, nas quais se estabeleceram importantes rotas comerciais, desde os primeiros intentos de colonização da região por portugueses e espanhóis. Nas canções de capoeira, a região do Paraná é sempre trazida com um memória presente, ressaltada em diversas canções, principalmente com um desejo do sujeito das canções de ir embora do Paraná, voltar à sua terra, retornar ao lugar onde ele é querido.

Dentro do aspecto histórico, o acontecimento de maior relevância na vida funcional do capoeirista foi a guerra do Paraguai A guerra se deu na época em que os capoeiristas estavam em pleno auge de suas atividades, em verdadeiro conflito com a força pública e a sociedade. Com referência à participação dos capoeiristas na referida guerra e as bravatas que lá fizeram, há um sem-número de notícias, mas que dormem o sono da lenda, em virtude de não se conhecer documentação concreta sobre o informe. (REGO,1968, p.257).

³⁶ Existem canções criadas mais recentes, como do grupo Abadá: *Na guerra do Paraguai Uma raça se destacou, Na destreza e na coragem, Muitas glórias conquistou, Havia um negro, O nome Negro Tião, Foi pra guerra voluntário, Em troca de liberdade, No pantanal, A batalha do Tuiuti, Guarani Cerro Corá, ele mostrou o seu valor...* Abadá Capoeira, disponível em: <https://abadarodos.wordpress.com/as-artes-%ce%bf%ce%b9-%cf%84%ce%ad%cf%87%ce%bd%ce%b5%cf%82/musicas/cd-mestre-cobra/guerra-do-paraguai/>

³⁷ Importante ressaltar que Guerra do Paraguai é uma das nomenclaturas para se referir ao conflito, sendo possível encontrar outras denominações como por exemplo Guerra da Tríplice Aliança ou Grande Guerra (para uma parte da historiografia paraguaia e argentina).

A capoeira, desde de suas origens, está relacionada às camadas populares. Um sujeito comum, estando em sua casa, “sem pensá, sem maginá”, dificilmente estaria decidido e preparado para ir à guerra, pois provavelmente nem pensando na guerra ele estaria. Ainda mais uma guerra que defendia interesses por vezes distantes dos anseios das camadas populares, contra “inimigos” dos quais praticamente nada se sabia, em um território totalmente hostil aos inúmeros combatentes deslocados. Sobre as camadas populares e recrutamento, Salles destaca que:

Tradicionalmente, eram nessas camadas da população que se efetuava o recrutamento para as forças militares. Este era visto como uma degradação social: O indivíduo recrutado era considerado uma espécie de pária na sociedade. Os métodos de alistamento eram brutais e diretos, sendo os recrutados literalmente capturados para o serviço militar; a coerção e o castigo físicos eram assumidamente os meios de manutenção da disciplina e da ordem na corporação militar. (SALLES, 1990, p. 80).

Porém, se pensarmos que uma pessoa de poucos recursos durante o período poderia ter poucas condições de conseguir reverter uma situação de intimidação a participar na guerra, qual seria a possibilidade deste nosso camarada que foi “convidado” de escapar de tal destino? Manoel Quirino no livro a Bahia de Outrora, relata que “por ocasião da guerra com o Paraguai, o governo da então província fez seguir bom número de capoeiras, muitos por livre e espontanea vontade, e muitíssimos voluntariamente constrangidos...”(QUIRINO, 1916, p. 71). Muitas canções apresentam essa “intimação” ou “convite” ao indivíduo para se apresentar para a guerra. A mensagem que essa canção parece nos transmitir é que esse sujeito não estava tão determinado a participar de forma voluntária na guerra. A prática de capoeira na metade do século XIX era tanto realizada por cidadãos livres como escravos, em relação a essas duas categorias de grupos sociais, Ricardo Salles destaca:

Uma característica essencial do Estado escravista era a clara distinção entre os direitos diferenciados de grupos e da população: cidadãos livres e escravos. Entretanto, no interior dos primeiros, processava-se uma segunda distinção entre os que era proprietários de escravos e aqueles que dispunham apenas de suas pessoas. No caso brasileiro, grande parte do contingente populacional livre incluía-se numa categoria mais especial: aqueles que, livres, eram, por suas origens, por sua raça e pelas características das relações produtivas escravistas, incapazes de se situar nos dois grandes campos da sociedade: o dos senhores e dos escravos. (SALLES, 1990, p.60).

Embora muitas críticas tenham sido feitas em relação a Manoel Quirino por intelectuais que vieram posteriormente buscar as fontes dos seus registros e nada encontraram,

principalmente as fontes sobre os militares capoeiras³⁸, Quirino ainda assim foi e segue sendo um grande intelectual de seu tempo, e nas primeiras décadas do século passado seus escritos passam a valorizar em diversos âmbitos as manifestações culturais influenciadas pela cultura africana. Cabe lembrar que Quirino combateu na guerra e, mesmo seu trabalho não trazendo as devidas fontes, trazem riquíssimos elementos para pensarmos a cultura afro-brasileira, a guerra do Paraguai e o recrutamento, a perspectiva de um homem negro sobre o conflito e sobre seu tempo.

Ainda pensando sobre as pistas deixadas por Quirino, que diz que “muitos por livre e espontânea vontade”, e por Rego sobre “as bravatas” que os capoeiras fizeram na guerra, podemos levantar suspeita de que houve participação de capoeiras na guerra voluntariamente, como uma oportunidade de conseguir melhores condições econômicas, possibilidade de trânsito entre as rígidas estruturas coloniais ou até mesmo como forma de demonstrar coragem.

lê
Vô mimbora pra Bahia
Pra vê se o dinhêro corre
Se o dinhêro não corrê
De fome ninguém não morre
Vô mimbora pra São Paulo
Tão cedo não venho cá
Se você quizé me vê
Bote o seu navio no má
O Brasil stá na guerra
Meu devê é í lutá.
(REGO, 1968, p. 111)

Nesta versão, registrada por Rego, o sujeito da canção vê o ato de ir à guerra como um dever, um ato de obrigatoriedade e responsabilidade com a “pátria”. De fato a mobilização

³⁸ Manoel Querino, por exemplo, conta coisas do arco-da-velha, mas a fonte de informação que é bom, não dá; portanto, como separar a imaginação da realidade, não sabemos. Tentei localizar a fonte através de alguns historiadores amigos, em Salvador, que estudam a guerra do Paraguai e infelizmente todos disseram desconhecer-la (REGO, 1968, p.257)

para um conflito de tal proporção dificilmente poderia ser realizada somente através de práticas coercitivas de recrutamento. Campanhas como o chamado ao “Voluntários da Pátria” eram formas de gerar sentimentos patrióticos nas massas, estimulando a participação das massas como um dever moral de defesa da nação e dos interesses nacionais³⁹.

Baseando-se nos corpos da Guarda Nacional, nos corpos de polícia das províncias e no chamamento dos Voluntários da Pátria, o governo imperial desenvolveu um esforço de recrutamento de dimensões nacionais. Além do aspecto geográfico – sua escala nacional – cabe ressaltar sua dimensão social. Recrutar, vestir, armar, treinar, organizar, transportar, prover as necessidades mínimas e motivar 100 000 homens foi algo que atingiu o conjunto da sociedade. (SALLES, 1990, p.59).

Por outro lado, o ato de ir à guerra poderia trazer benefícios individuais aos recrutados, e esses benefícios eram estipulados dentro do decreto de criação do Corpo de Voluntários da Pátria, em janeiro de 1865. O decreto estipulava desde retribuições financeiras, promessas de terras, acesso a empregos públicos, garantias de gratificação às famílias em caso de falecimento, entre outras possibilidades.⁴⁰ Quando analisamos a memória oficial sobre a guerra, podemos notar que a participação voluntária é exaltada como única forma de recrutamento, e as formas de recrutamento forçado sobre as camadas populares é um tema pouco ou nada abordado, desaparecendo da história. A exemplo disso notamos inúmeros monumentos, nomes de ruas, praças, colégios dedicados aos “voluntários da pátria”. Seria possível dentro desta perspectiva analisarmos monumentos ou dedicatórias aos coagidos, ou “involuntários da pátria”?⁴¹

³⁹ Existe uma canção cantada por diferentes representantes da prática de capoeira, e que foi registrada por Waldeloir Rego, que parece ser uma afirmação da participação dos capoeiras no território de Humaitá. A canção traz os seguintes versos: “sou eu Maitá, sou eu Maitá sou eu...”. Sobre Maitá Rego destaca: “Creio que seja corrutela de Humaitá devido à síncope da sílaba inicial. Em face dos episódios da guerra do Brasil com o Paraguai, justamente na época em que os capoeiras começaram a chegar ao auge em suas atividades, as cantigas se referem sempre a Humaitá, daí poder admitir-se a hipótese acima” (REGO, 1968, p.185).

⁴⁰<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaoorigin-al-73111-pe.html>

⁴¹ É importante ressaltar uma notícia do ano de 1890, que traz detalhes sobre o recrutamento de Marcílio Dias, homem negro que ficou conhecido por seus atos de bravuras em algumas batalhas durante a guerra, morrendo em pleno combate de sabre contra 4 soldados paraguaios. “Marcílio Dias foi um desses bravos que da ultima camada social atirou o seu nome para as alturas da posteridade... Marcílio Dias era rio-grandense e foi recrutado quando capoeirava à frente de uma banda de música. Sua mãe, uma velhinha alquebrada, rogou para que lhe não levassem o filho; foi em balde. Marcílio partiu para a guerra e morreu legando um exemplo e um nome” (Correio Paulistano (SP), 1890, edição 10132).

Nas condições da época, o engajamento forçado de indivíduos das camadas populares era a forma usual de abastecer o exército de material humano. Isso não era apenas uma característica brasileira, e sim de praticamente todos os países. Na sua comunicação à Assembléia Legislativa de 1866, o primeiro ministro da Guerra propunha uma modernização do método de recrutamento (reconhecendo-o “injusto e violento”) imitando nações mais avançadas como a França. (SALLES, 1990 p.61).

Embora os capoeiras tenham tido imensa coragem para desafiar a ordem durante o século XIX, algumas memórias presentes nas canções do século XX parecem contestar teimosamente a memória oficial, que privilegiou a participação “voluntária” no conflito, em detrimento das práticas de recrutamento forçado que foram aplicadas, principalmente em períodos onde o recrutamento “voluntário” apresentava pouco resultado perante as necessidades. Formas coercitivas ou intimidatórias de recrutamento praticado durante a Guerra do Paraguai, também foram utilizadas em conflitos anteriores. Sendo os capoeiras durante a metade do século XIX, grupo majoritariamente formado por cidadãos negros, livres e escravizados, cabe levar uma questão importante para pensar a distinção do recrutamento nessas duas “categorias sociais”.

Já ficou claro que havia um grande contingente populacional livre, não utilizado no setor principal da produção, sem grande poder de barganha política e social e, conseqüentemente, disponível para ser recrutado. O fato de essa população ser majoritariamente negra ou mestiça, não permite considerar que ela fosse escrava (distorção e preconceito compreensíveis, utilizados pelos paraguaios como parte da guerra moral e psicológica).” (SALLES, 1990, p. 77).

Acredito que a historiografia durante muito tempo pouco se aprofundou nas participações das camadas populares no século XIX, e o espaço para o passado das populações afro-brasileiras, ficaram determinadas, como disse Beatriz Nascimento, por um “arcabouço ideológico de grandes implicações”, que designou uma imagem sobre o passado estancado na figura do escravo sem participação social para toda a população negra e mestiça. Se a maioria da população recrutada para a guerra era “negra” ou “mestiça”, existia uma diferença entre livres e escravizados, principalmente no que se refere aos métodos de recrutamento. Se os cidadãos livres e pobres podiam ser recrutados sobre os usos de práticas coercitivas, através do alistamento voluntário e até mesmo por substituição de outro indivíduo. Para as camadas escravas utilizadas na guerra, o recrutamento ou alistamento era bem distinto. Segundo Salles, “efetivamente houve uma prática difundida de se mandar o

escravo fazer a guerra de seus senhores” (SALLES, 1990, p.67).

A participação escrava na guerra se deu por substituição, “doação” de senhores escravistas ou instituições que utilizavam mão de obra escrava, ou como forma de substituir a obrigatoriedade do serviço militar, mas também se deu como formas de indivíduos buscarem melhores condições sociais ou fuga para a escravidão.

É bom lembrar que a prática de se apresentar substituto para o serviço militar, principalmente na guarda nacional, era relativamente comum na época (e não apenas no Brasil). O substituto inclusive não precisaria ser necessariamente um escravo, Cidadãos livres, em troca de vantagens, favores e compensação financeira, aceitavam apresentar-se como substitutos de outros cidadãos. (SALLES, 1990, p.70).

Fato é que, através de práticas coercitivas, incentivos econômicos, promessas de terras, por substituição, ou outras formas, as populações africanas e afro-brasileiras participaram da guerra, de forma direta nos campos de batalha ou indireta nos meios de produção para abastecer demandas do conflito. Essa participação da população afro-brasileira no conflito foi fundamental para mudanças sociais que ocorreram nos anos que seguiram o término da guerra.

Para boa parte da população escrava, os anos que se seguiram ao término da guerra foram marcados pelas fugas e rebeliões, mas também pela tentativa de adquirir direitos de cidadania. Esse fato ganhou peso quando, nos anos de recrudescimento do abolicionismo, sua ala mais radical buscou relacionar o fim da escravidão com a obtenção ou ampliação de direitos dos antigos escravos. (SALLES, 1990, p.76).

Para Salles, o fim da guerra é justamente um período de intensas “transformações econômicas, sociais e políticas, que vão culminar com a queda do império”. (SALLES, 1990, p.39). O fim da guerra é o início de marcantes lutas em torno do abolicionismo, e as duas décadas após o término do conflito foram marcadas pela abolição da escravatura, queda do regime imperial e ascensão dos ideais republicanos. Os que sobreviveram à guerra, não retornaram iguais. A guerra gerou o encontro de indivíduos de diferentes condições sociais e de diferentes lugares de origem, em torno de um único propósito, inseriu as camadas populares nas bases do exército, designou reconhecimento de bravura para homens simples do cotidiano.

Segundo Carlos Eugenio “a guerra do Paraguai politizou os oficiais, reza a

historiografia tradicional. Pensamos que politizou também os soldados.” (SOARES, 1993, p.267). Essa politização foi importante nas transformações que ocorreram nas últimas duas décadas do Império, onde as camadas populares participaram ativamente dessas transformações, reivindicando acesso a melhores condições econômicas e políticas. Se os capoeiras foram à guerra, cabe destacar que a guerra também "politizou" esses indivíduos”. As memórias das canções de capoeira buscar afirmar esse espaço de participação das camadas populares não só na guerra do Paraguai, mas na participação da História do Brasil.⁴²

3 - Considerações finais

Os capoeiras, indivíduos estigmatizados e reprimidos pela violência durante todo século XIX, preservaram memórias que ocuparam espaços subalternos dentro da composição da memória nacional, principalmente por essas memórias remeterem as experiências das populações africanas e afro-brasileiras. Acredito que o grande medo das elites em relação a capoeira, era de que toda a violência escravocrata aplicada contra os negros, fossem canalizadas e direcionadas em formato de revolta contra o inimigo comum, e a capoeira fosse disseminada como ferramenta para possibilitar essa revolta entre escravos e camadas livres marginalizadas. Com cabeçadas, pernadas, rasteiras, golpes de facas, navalhas e pau, os capoeiras não só colocaram medo nas elites, como também enfrentaram todas as forças da repressão, e garantiram a continuidade da prática para os dias atuais.

A partir do cruzamento das fontes orais, historiografia sobre o tema, fontes de jornais, notou-se que essa marginalização ocorreu todo o século XIX e algumas décadas do século XX, onde nenhuma outra manifestação cultural foi tão reprimida como a capoeira durante esse período. O período em que ocorreu a guerra, é o mesmo em que a capoeira está no “auge” de seu conflito com as forças da repressão. Investir esforços no recrutamento de capoeiras, parece ser uma prática que foi viabilizada no período, principalmente por métodos coercitivos ou no mínimo intimidatórios. Se recrutar as camadas pobres de forma coercitiva

⁴² Um exemplo marcante da participação afro-brasileiras na guerra pode ser visto nas companhias de soldados negros, intitulados zuavos baianos. Tais companhias foram aceitas no início da guerra, e posteriormente abolidas e incorporadas em companhias distintas. “mais de mil homens marcharam para a guerra usando fardas distintas, identificando-se como defensores negros do Império. Essa ideologia remontava a uma longa tradição, que vinha do período colonial, de serviço à monarquia e ao Estado por parte de homens de cor.” (KRAAY, 2012, p.123).

era uma prática comum, o recrutamento dos praticantes da capoeira, possivelmente foi utilizado para se resolver dois problemas para o período: o primeiro relacionado a presença dos capoeiras no cotidiano desafiando a ordem social, e o segundo atender as demandas de contingente necessárias para a guerra. O recrutamento forçado, embora tenha sido uma prática comum, não implica na exclusão de interesse das camadas populares nas participações voluntárias, como forma de obter melhores condições sociais, políticas ou econômicas.

Uma das dificuldades em abordar o tema se dá pela ausência de fontes com mais informações sobre os praticantes da capoeira durante o século XIX, principalmente sob uma perspectiva que não fosse a da estigmatização. Também a ausência de fontes sobre o recrutamento e métodos de recrutamento, referências mais precisas sobre a participação africana e afro-brasileira na guerra, dados sobre o período. Fato é que mesmo sendo difícil quantificar em números essa participação, ela existiu, embora de forma ocultada pela historiografia oficial que privilegiou dentro da história nacional a participação de membros da elite em detrimento das camadas populares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. Os velhos capoeiras ensinam pegando na mão. **Caderno Cedex**, Campinas, v. 26, n. 68, p. 86-98

BRASIL. Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890 do Código Penal. Senado Federal–Secretaria de Informação Legislativa. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>

KRAAY, H. Os companheiros de Dom Obá: Os zuavos baianos e outras companhias negras na guerra do Paraguai. **Afro-Ásia**. 2012;46:121-161.

NASCIMENTO, Beatriz. Entrevista para o documentário o negro da senzala ao soul. In. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018

PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões. Capoeira é defesa, ataque, ginga de corpo e malandragem. **Revista Textos do Brasil**, Brasília: Ministério das Relações Exteriores, p. 55-59, 2009

PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões. Os Intelectuais, a Capoeira e os Símbolos Étnicos no Brasil. **Anais do VI ENECULT**, Facom-UFBA, 2010.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1989

QUERINO, Manoel. **A Bahia Outrora, Vultos e Fatos Populares**. Bahia: Livraria Progresso/Coleção Estudos Brasileiros, 1946. 3ed. pp.66-73.

REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola: Ensaio Sócio-Etnográfico**. Editora Itapoã, Salvador-BA, 1968.

SALLES, Ricardo. **A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SOARES, Carlos Eugenio Libano. **A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890**. 1993. 2v. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1581033>. Acesso em: 1 jun. 2022.

REFERÊNCIAS FONTES PRIMÁRIAS

MÚSICAS:

MESTRE TRAÍRA , 1963 f.1

MESTRE WALDEMAR, 1955, f.2

MESTRE BIMBA, 1969, 20m52s

FONTES PRIMÁRIAS JORNAIS:

Correio Mercantil, e Instructivo, Político Universal (RJ) , 1860, edição 63

Diário do Rio de Janeiro (RJ), 1860, edição 133

Jornal do Commercio (RJ), 1860, edição 183

Jornal do Commercio (RJ), 1861, edição 92

Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), 1862, edição 12

Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), 1862, edição 104

Jornal Constitucional (RJ), 1862, edição 151

O correio Paulistano (SP), 1862, edição 01725

Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), 1863, edição 205

Jornal Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ), 1864, edição 152

Correio Mercantil, e instructivo, Político , Universal (RJ), 1865, edição 84

O Publicador (PB), 1866, edição 1163

Jornal Constitucional: Jornal Político, Litterrario e Noticioso (MG), 1867, edição 63

Jornal do Commercio (RJ), 1868, edição 243

Diário do Pernambuco (PE), 1869, edição 155

Diário do Rio de Janeiro (RJ), 1869, edição 151

Diário do Rio de Janeiro (RJ), 1869, Edição 293

Noticiador de Minas (MG), 1869, edição 136

Correio Paulistano (SP) 1870 edição 4104

Jornal do Recife (PE) ano 1871 edição 00242

Correio Paulistano (SP), 1890, edição 10132